

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312 1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 306.4
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e- book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7171923121	
CAPÍTULO 2	19
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
DOI 10.22533/at.ed.7171923122	
CAPÍTULO 3	31
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7171923123	
CAPÍTULO 4	42
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grando	
DOI 10.22533/at.ed.7171923124	
CAPÍTULO 5	53
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
DOI 10.22533/at.ed.7171923125	
CAPÍTULO 6	64
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
DOI 10.22533/at.ed.7171923126	

CAPÍTULO 7	76
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
Maria Regina Momesso Solange Aparecida de Souza Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.7171923127	
CAPÍTULO 8	86
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro Marcio Rodrigo Vale Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.7171923128	
CAPÍTULO 9	92
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
Marjorie Evelyn Maranhão Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7171923129	
CAPÍTULO 10	104
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
Iury Fagundes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71719231210	
CAPÍTULO 11	116
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Raisha Conceição Silva Ellen Laura Leite Mungo	
DOI 10.22533/at.ed.71719231211	
CAPÍTULO 12	123
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHÃOES: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
Camilla Machado Cruz Thágila da Silveira Ribeiro Taís da Silva Martins	
DOI 10.22533/at.ed.71719231212	
CAPÍTULO 13	136
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231213	
CAPÍTULO 14	148
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
Carmem Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231214	

CAPÍTULO 15	157
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.71719231215	
SOBRE A ORGANIZADORA	168
ÍNDICE REMISSIVO	169

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE

**Maria Regina Momesso
Solange Aparecida de Souza Monteiro**

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar. Diversidade Humana. Pós-Verdade.

RESUMO: Vive-se a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon, partimos da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

Et verbum caro factum est et habitavit in nobis¹ (João, 1-14). Assim como no preceito bíblico, compreendemos que tudo se inicia pelo verbo, aqui entendido como o discurso. Tudo começa pela/na linguagem, pelo/no discurso, a construção de uma casa começa pela expressão

1 “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” São João, 1 - Bíblia Católica Online Leia mais em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-vulgata-latina/sao-joao/1/>

de um sonho, de uma vontade que depois se transforma em um projeto de casa para se chegar ao objeto casa.

Foucault (2005) deixa de entender a palavra/discurso como um conjunto de signos que remetem ou são representações das coisas apenas, sua compreensão de discurso é mais complexa, pois o compreende como as práticas que criam essas coisas. Logo, discurso é um conjunto de enunciados que, além de designar as coisas, produzem-nas, e devem ser vistos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 2005, p. 33). São João no texto bíblico já metaforizava o sentido do verbo/palavra: E o verbo se fez carne; e a palavra tornou-se corpo; e a palavra fez-se real/concreta.

Acerca da palavra/discurso na antiguidade clássica, Platão toma-a como *phármakon*, que pode ser veneno, remédio ou cosmético. Por isso *phármakon* é um termo contraditório, conforme Derrida (1991, p.41) seu sentido é impossível de ser fixado num dos contrários sem a presença do outro. O veneno pode ser remédio e vice-versa; a droga pode ser cura/medicina e vice versa; a vida pode ser morte e vice-versa. Desta feita, Platão no Fedro, confirma como remédio (a dialética) e como veneno (a escrita, *graphé*). De modo que a proximidade de Sócrates com o *phármakon* possui esse caráter contraditório, que lhe concede tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de ser o que é. Por isso, deve-se estar cuidadoso e atento com a utilização de *phármakon*.

Essa palavra/discurso construiu e continuando construindo o mundo em que vivemos e sua interpretação nos faz entendê-la, senti-la, experimentá-la por meio de uma ou mais verdades.

Se dermos um pequeno passeio pela literatura ou filosofia, pode-se perceber que a palavra/discurso foi utilizada para produzir um tipo de verdade. Só a título de exemplificação: no classicismo a verdade era universal, filtrava-se na razão, no equilíbrio, na proporção, na objetividade, na transparência.

No Barroco a verdade constrói-se por meio da palavra/discurso controversa, dúbia, para alguns um silogismo aristotélico, em que a relação de forças entre os afetos e a razão produz “a verdade” como uma pérola irregular.

Já no Arcadismo a produção da verdade volta-se novamente para a razão, que se assenta nos ideais iluministas, aos moldes kantianos de que o iluminismo era a capacidade de servir-se da sua própria razão.

Parece que o discurso/palavra “verdade” vem se construindo em práticas discursivas que ora predomina-se na razão e ora na emoção. Foucault (2011, p. 316) insiste em afirmar que não há instauração da verdade sem uma posição essencial da alteridade. A verdade nunca é a mesma. Só pode haver verdade na forma do outro mundo e da vida outra. O filósofo parecia preconizar o que na contemporaneidade denominamos de pós-verdade.

Segundo o jornal El país o termo post-truth (pós-verdade) foi o destaque do ano 2016 nos Dicionários Oxford, a matéria deste periódico em 17/11/2016 trazia em seu

subtítulo: No debate político, o importante não é a verdade, mas ganhar a discussão. Em seguida, Hancock (2016, p.1) conceitua pós - verdade como relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais.

Passado dois anos, dessa matéria, a afirmação do subtítulo sobre a questão de que no campo político a verdade não era importante, mas sim ganhar a discussão ampliou-se para outros campos de atuação da vida comezinha. Ganhar a discussão tornou-se imperativo em muitas áreas, em especial nas redes sociais.

Este texto tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE HUMANA

As propostas da Educação brasileira na contemporaneidade colocam em pauta os desafios do século 21: a desigualdade, a falta de acesso à educação para todos, à inclusão e o respeito à diversidade, etc.. Argumentam que só a educação integral pode superar o ensino tradicional centrado na transmissão de conhecimentos.

A recente homologação em dezembro de 2018 da Base Nacional Comum Curricular sela essa ideia de educação integral, baseada em três pilares, a saber: a visão do estudante (ele passa a ser protagonista de sua aprendizagem); desenvolvimento pleno e integração curricular.

A BNCC regulamenta quais são as aprendizagens a serem desenvolvidas nas escolas públicas e privadas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) em todo o Brasil, cuja implementação deve se dar até 2020. A orientação tem como premissa maior que uma educação de qualidade é aquela que possa promover a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Segundo alguns entusiastas da nova BNCC, dentre eles o Instituto Ayrton Senna, afirmam que ela traz inovação quando propõem 10 competências gerais com vistas à promoção de uma nova Escola com as seguintes características: a) socializadora do conhecimento; b) centralizadora da educação no indivíduo, c) processo de Aprendizagem pauta-se no confronto de problemas reais; d) agenciadora de equidade; e) anti-intelectualista; f) pragmática e g) propicia um lugar de aprendizagem democrático.

Dessas 10 competências, duas – a 8 e a 9 -, parecem apontar para a questão do trabalho com a diversidade humana:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Compreende-se que para tratar da diversidade humana de forma integral, contemplando as duas competências gerais, acima citadas, não se pode deixar de pensar numa educação sexual formal.

Nos últimos tempos a educação para a sexualidade humana vem sendo discutida, inclusive na BNCC, na qual a Educação para sexualidade aparece na descrição da área Ciências da Natureza (página 325), consta que:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico- cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

Múltiplos são os elementos necessários ao acolhimento da diferença. E, ainda, a base legal para trabalhar tanto com o tema do corpo, quanto a sexualidade dentro do campo científico precisam ser ajustadas. Advém de um prenuncio destas questões passar pelo crivo e responsabilidade da família e das suas relações com a sociedade, não atrelando o tema apenas na disciplina de Ciências da Natureza.

Na estrutura da BNCC, os conteúdos do documento estão organizados em disciplinas. Estas são distribuídas ao longo dos anos por “Unidades Temáticas”, cada uma dividida em “Objetos de Conhecimento”. Estes objetos de conhecimento têm “Habilidades” que devem ser alcançadas pelos estudantes e, é no oitavo ano, que o tema sexualidade aparece na disciplina de Ciências da Natureza.

Na Unidade Temática “Vida e Evolução” há dois objetos de conhecimento: mecanismos reprodutivos e sexualidade (páginas 346 e 347). Dentre as habilidades constam:

- Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos;
- Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso;
- Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada

e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

- Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas ISTs (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

Destaca-se que a compreensão do corpo, sua constituição, modificações, deveriam ir além de saúde sexual e reprodutiva, da seleção de argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e, portanto, sua diversidade.

Neste contexto, há no próprio documento oficial que orienta o que deve constar no currículo escolar, o suporte para que a sexualidade seja compreendida a partir da diversidade. Incluir as dimensões socioculturais, afetivas e éticas, junto às biológicas, é apresentar o quão diversos somos, em termos de espécie. Também é nossa condição de assegurar que através do conhecimento possamos não só evidenciar estas dimensões, mas aprender a conviver com elas e respeitá-las.

Desenvolver o conhecimento de si e do outro, o cuidado de si em/com relação a outrem, aprender e promover atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, à diversidade étnico-cultural numa sociedade líquida moderna em que os valores são fluídos, torna-se uma tarefa árdua e complexa.

Sabe-se que na prática efetiva o respeito, a ética, o acolhimento, a garantia dos direitos sociais pela diversidade humana não acontece como prescrito na constituição brasileira: “Todos são iguais perante a lei”. A esse respeito Gomes (2006), afirma:

A luta pelos direitos às diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com a luta dos grupos e movimentos que colocaram e continuam colocando em xeque um determinado tipo de poder, um determinado padrão de homem, de política, de religião, de arte, de cultura. Também sempre esteve próxima às diferentes respostas do poder em relação às demandas dos ditos diferentes. Respostas que, muitas vezes, resultaram em formas violentas e excludentes de se tratar o outro: a colonização, inquisição, cruzadas, escravidão, nazismo.

Diante da argumentação de Gomes (2006) deve-se ter o cuidado de educar para a cultura da paz, do autoconhecimento e do conhecimento do outro, para poder evitar respostas equivocadas que resultem no ódio, na desavença e, portanto, na violência e na exclusão ou do diferente ou do mais desfavorecido.

A BNCC apresenta-se resistente à diversidade sexual e de gênero na escola, de maneira que suas recomendações mostram retrocessos na discussão desta temática quando cotejada àquelas apresentadas nos PCN. Sendo assim, os apontamentos de Palma et al. (2015) no que concerne às concessões realizadas pelos PCN para a temática não representaram em si estratégias de enfrentamentos e questionamentos, mas configuraram-se em silenciamentos da diversidade sexual e de gênero que germinavam naquele período.

Foi em meio a este movimento, que surgiram comemorações a cerca da supressão do debate sobre gênero e sexualidade, inclusive em reportagens, no dia subsequente à

divulgação da 3ª versão da BNCC, em manchete que anunciava “Bancada evangélica festeja a retirada de questão de gênero da Base Curricular” (BALLOUSSIER, 2017). A comoção se refletiu na esfera da sociedade civil e mundial.

Para Feitosa (2017) aponta que existem divergências de interpretações até mesmo entre os diferentes fact-checkers. O autor enfatiza para que:

“nunca deixar de nos perguntar criticamente quem são e como o fazem, estes que assumiram para si a tarefa de controlar a veracidade dos discursos dos outros. Avaliar continuamente não só os discursos, mas também os avaliadores e os próprios instrumentos de avaliação, é a tarefa política constante daqueles que ainda tem respeito pela liberdade e pelo pensamento”.

Isso compreende também o aprendizado da autoavaliação, pois a pós-verdade, percebida neste contexto não como a “não-verdade”, mas como a “verdade pluralizada e sob constante tematização”, FEITOSA(2017), estabelecendo continua e progressivamente maiores interpretações.

A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE HUMANA DIANTE DOS JOGOS DE VERDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Angenot (2008) em seu livro “Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique”, reflete sobre nossos discursos sociais desde o político até o discurso doméstico da contemporaneidade, os quais para o autor são sempre pautados numa retórica antilógica. Apesar de todos os humanos argumentarem constantemente em todas as circunstâncias de produção discursiva, segundo Angenot (2008) é muito raro persuadirem-se reciprocamente, ou seja, não há diálogo, não se admite as opiniões contrárias, não há argumentação, por isso se estaria na era do diálogo entre os surdos. Para Angenot, os discursos na atualidade pautam-se em controvérsias (filosóficas, religiosas, políticas, etc.), as quais evocam um autoritarismo da interpretação.

Na era da pós-verdade parece acentuar-se a indisponibilidade ao diálogo, as pessoas tendem a tratar as informações predispostas a lerem-nas de forma a encontrar “a verdade” que lhes convém aos seus afetos, crenças e valores. Logo, a verdade é vislumbrada por uma ótica da retórica antilógica, sofística, em que o que importa é vencer o debate, mesmo que não se tenha uma apreensão cautelosa dessa “verdade”. O sujeito na contemporaneidade não está disposto em ver o diferente, o contrário, nem de compreender se esta “verdade” é verificável, ou mera suposição, ou comprovadamente mentirosa. O que importa é se aquela “pós-verdade” é a que lhe convém e esta de acordo com suas convicções.

Há que se compreender que a pós-verdade não se resume apenas a uma fake news, ou uma mentira, ou uma meia verdade. A fake news, a mentira ou a meia verdade são facetas da pós-verdade. A definição de pós-verdade é muito mais complexa, pois envolve a falta de equilíbrio entre razão e emoção, entre ethos e pathos, cuja falta abre espaço para as convicções. Assim, a problemática da pós-verdade envolve várias

facetar: a verdade/a mentira; a difusão de fake-news, que pode ou não conter uma parcela factual; as convicções/a persuasão, em que as convicções estabelecem um tipo de raciocínio que não permite compreender a dinâmica de validade das verdades de cada lado da questão instalada como pós-verdade.

Angenot (2008) ao tratar da convicção política coloca que está obedece às mesmas estruturas de funcionamento das convicções religiosas e outras.

Boundon (2017) aponta para a era da racionalidade instrumental, axiológica e patêmica de cada sujeito, ou seja, essa racionalidade ancora-se numa visão utilitarista sem outros filtros de validade das verdades no mundo, o que importa são as convicções, os valores, há um desejo de verdade que se confunde com a própria verdade, o que predisporia o sujeito a aderir a pós-verdade, mesmo que esta seja mentira, ou meia verdade, ou frágeis. Essa pós-verdade revela as convicções, esta de acordo com os valores e crenças de determinados indivíduos. Isto explicaria o desinteresse em buscar descobrir a verificação factual e as verdades, pois aos sujeitos é mais interessante a manutenção de suas convicções. Desta feita, a checagem dos fatos, fundamentos e fontes não é importante.

A esse respeito Emediato (2016, p.17) afirma que as verdades, por serem relativas dependem essencialmente de seus domínios de validação, por exemplo, no domínio científico o critério é científico epistemológico; no jurídico, os critérios são deontológicos; no religioso são epifânicos; no político são ideológicos, logo, esses domínios de validação tornam as verdades discursivas e retóricas. Assim, depende-se do critério de validação a quem esta submetida esta pós-verdade.

Emediato (2016, p.16) ainda sustenta que “as verdades são construções sociais e humanas, podem ser justificadas, relativizadas, validadas, falseadas e hierarquizadas”.

Se se entender a pós-verdade como discursiva, acorda-se também com Foucault (2002) que afirma que a materialidade discursiva produz verdade, portanto, a verdade seria um efeito discursivo que fabrica as realidades, sejam elas sociais, pessoais, culturais, científicas, etc. Cada realidade produz um regime de verdade, em dada época, conforme cada cultura e etc. Os regimes de verdade instalam e constituem a cultura de uma época, os quais trazem em sua base diferentes formas de exclusão, juntamente com as ironias e contradições que permeiam esses processos, mostrando separações paradoxais porque produzem ao mesmo tempo, resistências. São porosas, misturadas, complexas.

Ao pensar na diversidade humana pertencente ao mundo do discurso social, a pós-verdade presente nesse discurso pode implicar em vários conflitos e polêmicas de toda ordem. E, sabendo-se, que a pós-verdade constitui-se em processo retórico antilógico assentado nas paixões, valores, crenças dos diferentes sujeitos produtores desse discurso. Nem sempre essa “pós-verdade” se faz de forma consciente e intencional, com as novas tecnologias ela toma dimensões mais complexas, em que o sujeito pode apenas aderi-la por pura convicção, por esta agrada-lhe às suas paixões e interesses.

As principais características marcantes da pós-verdade ampara-se na aceleração (por exemplo, o imediatismo da internet, tudo em tempo real, pode dificultar a apreensão cuidadosa dos fatos e esta pode ser superficial ou automatizada); a retórica icônica (os discursos por se apresentarem em blocos e em grandes quantidades exigem uma leitura pulular, rápida e facilmente esquecida, sendo feita sempre olhando de forma generalizada e de uma só vez); possui esquemas de ação e protocolos de funcionamento (envolvem caráter cognitivo das convicções pré-programadas, as quais determinam estados de pensamentos e, conseqüentemente, ações imediatas).

Pode-se observar essas características na matéria jornalística da revista Exame de 20/11/2019, toma-se como exemplo a manchete “Damares cria canal para denunciar professores contra a família”. Esse canal estaria sendo criado em função de um acontecimento ocorrido numa escola do distrito federal, na qual um professor de ensino fundamental, 6º ano, teria solicitado a sua turma que fizesse uma redação sobre sexo oral e anal.

Quais efeitos de verdade essa manchete pode criar?

Dependendo dos critérios de validação de verdade, de ética, do modo como se lê e como se vê a questão da educação sexual dentro da escola poderia se ter algumas construções de efeitos de verdade. Algumas proposições:

1º) Os professores não devem trabalhar a sexualidade na escola por estarem despreparados. Escola é para conteúdos técnicos, sexualidade é assunto familiar. Portanto, precisam ser vigiados e denunciados.

2º) Os professores devem trabalhar a sexualidade na escola, dentro de uma educação formal, ética e pedagógica adequada às condições de cada realidade escolar. Um caso fora desse padrão deve ser tratado dentro das instâncias legais já existentes, sem a necessidade da criação de um canal de denúncia.

Essa manchete e a repercussão dessa pós-verdade, certamente, gerara polêmica e, na grande parte dos casos, uma verdade tenderá a prevalecer.

Qual o papel da educação num mundo de pós verdades? Como trabalhar a diversidade humana num tabuleiro de jogos de verdade?

Entende-se que o papel do educador dentro de tabuleiro é o mesmo do intelectual colocado por Foucault (1999, p.151):

O que um intelectual pode oferecer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes a que estão ligados os poderes (...). Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer.

Cabe a cada educador estudar seu momento presente, problematizando-o. Sabendo que toda e qualquer problematização é processual, é indispensável para a formação humana, não é encontrar respostas, mas sim elaborar questionamentos,

é fazer a genealogia do sujeito no caso. Portanto, envolve pensar transversalmente, observar as regularidades e as descontinuidades das práticas discursivas e não discursivas, implicar-se no processo de pensamento e, por fim, identificar as variáveis que constitui a problemática.

Entender que no lugar de um educador deve existir o máximo de isenção possível, de que embora implicados no processo, deve-se estar num lugar não do certo ou do errado, da verdade universal. Mas, sim no lugar do observador que tem a capacidade de ver as derivas, as margens, as bordas.

Não é o educador que diz a “verdade”, que “conduz”, mas é o sujeito que provoca a inquietação, a transformação, a dúvida, a busca de cada um em perceber o momento presente de forma densa, de localizar onde estão os pontos frágeis e fortes que estão imbricados nos jogos de verdade.

Esse deveria ser o papel não só do educador, mas de qualquer sujeito consigo mesmo: Como interpreto as informações, as verdades que chegam até mim? Quais critérios de validação utilizo para compreender determinada verdade?

REFERÊNCIAS

BALLOUSSIER, A. **Bancada evangélica celebra retirada de questão de gênero de base curricular**. Disponível em: . Acesso em novembro de 2019.

BOUDON, Raymond. **Crer e saber: pensar o político, o moral e o religioso**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (1ª versão). Brasília, DF, 2015. 302p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (2ª versão). Brasília, DF, 2016. 652p. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (3ª versão - abril de 2017). Brasília, DF, 2017a. 396p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (3ª versão revista - dezembro de 2017). Brasília, DF, 2017b. 472p.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

EMEDIATO, Wander. Dimensões e face da mentira no discurso político. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises do Discurso Político**. Belo Horizonte: NDA/FALE, 2016.

FEITOSA, Charles. Pós-verdade e política. **Revista Cult**. 19 jul. 2017. Disponível em: . Acesso em: 17 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **A arqueologia do Saber**. 7ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2005, p.55

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade**. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Cultural**: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org>. Acessado em: 18 nov. 2019.

HANCOCK, J. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós-verdade', a Trump e Brexit. In: EL PAÍS Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html. Acessado em 16/nov/2019.

JOÃO, São. In: BIBLÍCA CATÓLICA ONLINE. São João, 1-14. Disponível em <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-vulgata-latina/sao-joao/1/>. Acessado em 16/nov/2019.

PALMA, Y. A. et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Trends in Psychology**/Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PLATÃO. **Diálogos**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 2003.

TOSI, G. Verbete Igualdade. In.: BARRETO, V. P; CULLETON, A. (org.). **Dicionário de Filosofia Política**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 267

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114
Performatizações de gênero 86, 87, 90
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40
Políticas públicas de gênero 28, 42
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103
Sistema prisional 31, 34, 40

T

Trajetória educacional 86, 87
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

V

Vida de mulheres lésbicas 86
Violação de direitos 31, 32, 40
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166

